

Participação popular impulsiona governos do PT

Exemplos. Araraquara e Caxias mostram efeitos da democracia participativa.



Ricardo Stricker

Nas mãos da população. Votação durante plenária do orçamento participativo no Rio Grande do Sul.

Pelo Sim, pelo Não. Referendo na Venezuela acontece no próximo dia 15.

Governo de Hugo Chávez é posto à prova

No próximo dia 15, a Venezuela irá escolher se permanece sendo governada por Hugo Chávez ou se serão convocadas novas eleições. Depois de uma batalha campal recheada de suspeições para conseguir as assinaturas que convocaram o plebiscito, a oposição tenta a todo custo derrubar o presidente. Os movimentos populares, no entanto, estão organizados para garantir a vitória do Não e a conseqüente permanência de Chávez.

Página 8



Georges Bartoli

Araraquara, no interior de São Paulo, e Caxias do Sul, na Serra Gaúcha, fizeram do orçamento participativo e dos instrumentos de participação popular a sua principal estratégia para promover mudanças na qualidade de vida da população. A inversão de prioridades trazida pelo OP proporcionou conquistas como o pleno acesso à água na cidade gaúcha ou a melhoria do sistema de saúde do município do interior paulista.

Em entrevistas ao **Democracia Socialista**, os prefeitos Edinho Silva, de Araraquara, e Pepe Vargas, de Caxias do Sul, contam como a opção pela democracia participativa fez as duas cidades conseguirem avanços significativos nas políticas sociais e de desenvolvimento.

Páginas 4 e 5

Eleições. Partido cresce e tem candidato em 81% dos grandes municípios.

Alianças do PT polarizam com PSDB e PFL

As eleições municipais de 2004 trarão duas novidades para o PT. A primeira, o fato de estar presente na quase totalidade dos municípios, diferentemente de 2000, quando era restrito a menos de 25% deles.

A segunda é o fato de estar na Presidência da República, o que implica em responder em âmbito local pelo que acontece no plano federal.

O campo de alianças para as eleições mostra que os

grandes parceiros são ainda os partidos do campo democrático e popular. Em apenas duas capitais há aliança com o PMDB, e o quadro que se configura é de polarização com o PSDB e o PFL. Dos 95 mu-

nícipios com mais de 150 mil eleitores, o partido vai lançar candidato próprio em 77 municípios, incluindo 23 das 26 capitais.

Página 3

Convidado especial

Valter Pomar
analisa situação
atual da
esquerda
brasileira

Página 6

Campanha de assinaturas se estende até outubro

Jornal DS. Participação dos militantes é essencial para ampliar alcance.



Junto com a última edição do **Democracia Socialista**, circulou o folheto de lançamento da Campanha de Assinaturas do jornal. Ele está disponível também na página da Internet www.democraciasocialista.org.br. O objetivo é que cada militante faça, no mínimo, duas assinaturas (R\$ 30 ou R\$ 50)

entre julho e outubro de 2004, o que significa uma meta de 5.000 novos assinantes. Para a juventude há uma novidade, o preço especial de R\$ 15. Por isso, a meta proposta para os militantes da juventude é de cinco assinaturas. Para cumprir a meta geral, é preciso organização e incentivo. As coor-

denações estaduais devem indicar um responsável pela campanha em cada estado e este organizar as responsabilidades em municípios e frentes de trabalho. Como já aponta o texto do folheto, nesse momento de intensos debates na esquerda e na sociedade brasileira o jornal é um dos meios de construir

pontos de vista sobre os principais temas em pauta. Essa contribuição é muito importante para tornar o **Democracia Socialista** um instrumento militante, capaz de chegar aos que têm identidade com as posições da DS e aos que consideram necessário conhecer suas posições.

Participação no PT pode redefinir rumos

Novos quadros. Prazo de filiação para votar no PED 2005 termina em setembro.

O dia 18 de setembro de 2004 é a data limite de filiação ao PT para os que quiserem votar no próximo Processo de Eleição de Direta (PED) do partido, que acontece em setembro de 2005. Para os militantes de esquerda do país, será um espaço fundamental para interferir nos rumos da disputa de programas que se dá no partido.

O árduo desafio de, após a eleição de Lula, situar-se como parte da disputa do governo e da disputa mais ampla de hegemonia na sociedade passa hoje pelo PT de maneira central e imprescindível. Isso porque o Partido dos Trabalhadores é importante instrumento de disputa de um projeto democrático e popular para o Brasil. Essa disputa passa pela articulação dos movimentos sociais, pela intervenção dentro do governo e pela inserção nos fóruns do partido. Sobre esse último item, podemos citar o próximo PED como importante espaço de intervenção.



Reafirmando o PT
A VII Conferência Nacional da Democracia Socialista reafirmou-a como uma corrente militante, socialista, internacionalista e como parte integrante dessa experiência em curso que é o Partido dos Trabalhadores.

Apostar na sua disputa é construir alternativas coerentes com a história partidária dando resposta aos desafios do presente. A referência política e social constituída nos movimentos, no partido e na militância cotidiana de tendências de esquer-

da deve se refletir no interior do partido e na participação no PED. Ampliar essa referência de maneira a incidir diretamente na disputa do partido é um passo fundamental para mudar os rumos do PT, do governo e da nação.

Venezuela em foco



No livro **A Venezuela que se inventa**, o jornalista Gilberto Maringoni conta a história do governo Chávez e analisa a gênese da crise atual. O golpe mal-sucedido de 2002 e o locaute que viria depois são tratados ao lado do histórico das disputas sobre o petróleo e do miticismo que envolve a figura de Simon Bolívar. O livro é editado pela Fundação Perseu Abramo.

Erratas

Por problemas de edição, a edição número 4 do **Democracia Socialista** trouxe dois erros. O primeiro deles é que diferentemente do que foi publicado na capa e na página 5, não houve prévias na escolha da candidata do PT à prefeitura de Fortaleza.

O outro erro aconteceu na matéria da página 2 "PSOL – um novo partido". O primeiro parágrafo depois do intertítulo **A posição da DS**, colocado entre aspas como parte da resolução da Conferência da DS, é na verdade parte do texto, e não faz parte da resolução. A citação correta se inicia no parágrafo seguinte, a partir do trecho "Consideramos atual manter a defesa (...)".

Democracia Socialista

Democracia Socialista é o jornal da Democracia Socialista, Tendência do Partido dos Trabalhadores, publicação do Instituto de Comunicação, Estudos e Formação Isaac Akcelrud
Equipe editorial:
Nalu Faria, Caio Galvão, Carlos Henrique Áraabe, Juarez Guimarães, Lúcio Costa, Robinson Almeida e Waldemir Catanho
Editor:
Carlos Henrique Áraabe
Editor assistente:
João Brant
Projeto gráfico e diagramação:
Caco Bisol
Jornalista Responsável:
João Brant – Mtb 33.748 DRT/SP
Fechamento: 29 de julho de 2004

Assinaturas

Receba todo mês o seu **Democracia Socialista** em casa, e aproveite para contribuir com a tendência. Preencha a ficha abaixo e envie junto com cheque nominal para ICEF - IA. Rua Albuquerque Lins, 635 cj. 91 - Sta. Cecília - São Paulo/SP - CEP 01230-001 Fone (11) 3667-3476 Fax (11) 3666-5550 emtempso@uol.com.br

JORNAL DEMOCRACIA SOCIALISTA

MINHA OPÇÃO DE ASSINATURA É: APOIO: 50,00 NORMAL: 30,00

NOME:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CEP:

CIDADE:

UF:

FONE:

E-MAIL:

Alianças privilegiam campo popular

Eleições 2004. Coligações do PT mostram polarização com PSDB e PFL.

Nas eleições municipais de 2000, o PT foi vitorioso em seis capitais (Porto Alegre, Belém, São Paulo, Recife, Aracaju e Goiânia) e elegeu o vice de Belo Horizonte. Naquele ano, a estrela vermelha brilhou anunciando o crescimento eleitoral do campo político do PT e o declínio da força eleitoral da aliança PSDB-PFL.

Em 2000, no entanto a presença do PT era restrita a menos de 25% dos municípios brasileiros. Foram somente 1.316 candidaturas majoritárias na disputa. Em 2004 o partido está presente na quase totalidade dos municípios e aí disputará eleições. Outro aspecto que diferencia a participação nestas eleições municipais é que serão as primeiras após a vitória de Lula em 2002. Quando em 2000 o debate se nacionalizava, a responsabilidade pelo desemprego e pelo não crescimento econômico era da conta do governo Fernando Henrique Cardoso. Em 2004 caberá aos petistas explicar aos eleitores o projeto que o partido tem para o país. Além de defender os programas de governo para as cidades.

Onde entram os outros

Com o governo Lula, a questão das alianças partidárias ganhou uma dimensão nova para o PT, especialmente nos grandes centros urbanos. Já em 2000, o PT se coligara em diversos municípios com partidos fora do campo de esquerda, notadamente com o PMDB. Em 2004, além da presença do PL em várias coligações encabeçadas pelo PT, aparece o PTB na vice em Goiânia, Jaboatão (PE), São José dos Campos (SP) e Sorocaba (SP). Ao mesmo tempo o PTB é um forte adversário em Recife e Belém.

As únicas capitais em que se realizaram alianças com o PMDB foram Curitiba e Palmas. No caso do Paraná, inclusive, o PT apóia e faz parte do governo Requião. Como demonstra o quadro, prevalecem largamente as coligações com os partidos do campo democrático e popular.

Nestas eleições, a disputa central se dará entre o campo político hegemônico pelo PT e os adversários aglutinados em torno do PSDB e PFL. O resultado positivo para o PT é o fortalecimento deste pólo de esquerda em todo o país. Um resultado que favorece a tensão a favor das mudanças esperadas pelo povo.

Nos 95 municípios com mais de 150 mil eleitores, o partido vai lançar candidato próprio em 77 municípios, incluindo 23 das 26 capitais. Nos

UF	Município	Prefeito(a)	Vice/Partido do vice	Coligação
AC	Rio Branco	Raimundo Angelim	Eduardo Farias	PCdoB PT, PCdoB, PSB, PMN, PV, PSDC, PTdoB, PRTB
AP	Macapá	João Henrique	Euri Farias	PCdoB PT, PCdoB, PV, PCB
BA	Feira de Santana	Zé Neto	Ivanilde Santa Barbara	PT PCdoB
BA	Salvador	Nelson Pelegrino	Javier Alfaya	PCdoB, PV
BA	Vitória da Conquista	Zé Raimundo	Gilzete Moreira	PCdoB, PSB, PV, PAN E PRP
CE	Fortaleza	Luiziane Lins	José Carlos Veneranda	PSB PT, PSB
ES	Cariacica	Helder Salomão	Célio Capila	PSB PCdoB, PSB, PTN
ES	Vitória	João Coser	Balarini	PSB PDT, PCdoB, PAN, PHS, PV, PSL, PSB
GO	Anápolis	Rubens Otoni	Ze Viera	PSDB PT, PSDB, PCdoB, PL, PHS, PAN, PPS, PTB
GO	Goiânia	Pedro Wilson	Isael Oliveira	PTB PTB, PCdoB, PTdoB, PAN E PCB
MA	São Luis	Helena Heluy	Dimas Salustiano	PT PT
MG	Belo Horizonte	Fernando Pimentel	Ronaldo Vasconcelos	PTB PCdoB, PCB, PPS, PTN, PRP, PTB, PL, PTdoB
MG	Betim	Maria do Carmo Lara	Pastor Edvan	PRTB PHS, PL, PRTB, PCdoB, PTB
MG	Contagem	Marília Campos	Augustinho Silveira	PL PCdoB, PL, PSB, PTN
MG	Gov. Valadares	João Domingos Fassarella	Pastor José Correia	PP PV, PPS, PDT, PCB, PCdoB, PHS, PP, PL, PRONA, PSL, PMN, PTdoB, PTN, PTC
MG	Ipatinga	João Magno Moura	Valter Antonio de Oliveira	PV PCdoB, PV, PPS, PL, PTB
MG	Uberlândia	Gilmar Machado	Fernando Moraes	PSB PT, PCdoB, PSB, PHS
MS	Campo Grande	Vander Loubet	Fabio Renato	PP PCdoB, PP E PMN
MT	Cuiabá	Alexandre César	Alencar Farina	PL PCdoB, PL
PA	Ananindeua	Luiz Freitas	Jeferson Duarte	PT PT
PA	Belém	Ana Júlia	Avelina Hesketh	PL PT, PSB, PCdoB, PL
PA	Santarém	Mária do Carmo	Delano Ricker	PDT PT, PSB, PPS, PDT
PB	Campina Grande	Cozete Barbosa	Dalton Gadelha	PHS PT, PHS, PCdoB, PAN, PTdoB, PRP
PB	João Pessoa	Avenzoar Arruda	Edvan Carneiro	PSDC PT, PSDC
PE	Caruaru	João Lyra	Volney Queiroz	PDT PT, PDT, PSB, PMN, PL, PRP, PTB
PE	Jaboatão	Paulo Rubem Santiago	Solange Lino	PTB PT, PTB, PPS, PCB
PE	Paulista	Sérgio Leite	Oliveira Neto	PDT PT, PDT, PTB, PCdoB, PCB, PAN, PTdoB, PTN, PSC, PSL, PHS
PE	Recife	João Paulo	Luciano Siqueira	PCdoB PCdoB, PCB, PSB, PSL, PTdoB, PRP, PTC, PAN
PI	Teresina	Flora Izabel	Pastor Jessivaldo Carvalho	PSL PT, PSL, PMN, PCB
PR	Curitiba	Angelo Vanhoni	Nisan Pereira	PMDB PT, PCdoB, PMDB, PCB
PR	Londrina	Nedson Luiz Micheleti	Edson Kishima Shoyo	PHS PT, PCdoB, PCB, PTN, PAN, PL, PHS, PSC
PR	Maringá	João Ivo Caleffi	Pastor Rubem	PT PT, PHS, PCdoB
PR	Ponta Grossa	Pericles de Holleben Mello	Herculano Lisboa	PMDB PT, PMDB, PTB, PDT, PSB, PCdoB, PSL, PTN, PTdoB, PRTB, PV, PMN
RJ	Campos	Mackou Mossalen	Hugo Diniz	PT PT
RJ	Niterói	Godofredo Pinto	Conte Bittencourt	PPS PT, PCdoB, PSB, PPS, PRONA, PTdoB, PHS, PRP, PTB, PCB, PV
RJ	Nova Iguaçu	Lindberg Farias	Itamar Serpa	PSDB PSDB, PSB, PCdoB, PFL, PT
RJ	Petrópolis	Paulo Musturangi	Paulo Roberto Lisboa	PT PT, PCB
RJ	Rio de Janeiro	Jorge Bittar	Martha Rocha	PSB PTB, PSB
RJ	São João de Meriti	Jorge Florêncio	Washinton Luis	PCB PT, PCB
RJ	Volta Redonda	Cida Diogo	Cardoso	PL PL, PPS, PT, PTB, PTdoB
RN	Natal	Fátima Bezerra	Adelmaro Cavalcante	PT PT, PTdoB, PCB
RO	Porto Velho	Roberto Sobrinho	Cláudia Carvalho	PCdoB PT, PCdoB, PCB
RS	Canoas	Marco Maia	Marina Leal	PT PT, PCdoB
RS	Caxias do Sul	Marisa Formulo	Mario Graziontin	PT PT, PMN
RS	Gravataí	Sérgio Stasinski	Décio Vicente Becker	PL PT, PL
RS	Novo Hamburgo	Tarcisio Zimmermann	Jurema Guterrez	PT PT
RS	Pelotas	Fernando Marroni	Pastor Adelar Bayer	PL PT, PL, PCdoB
RS	Porto Alegre	Raul Pont	Maria do Rosário	PT PT, PCdoB, PCB, PL, PSL, PMN, PPN
RS	Santa Maria	Antonio Valdeci de Oliveira	Verne Rentel	PT PT, PCdoB, PCB, PPS, PV
SC	Blumenau	Edson Adriano	Paulo Roberto T. França	PMDB PT, PMDB, PAN, PCdoB, PCB, PRONA, PSDC, PMN, PSB, PDT, PTB
SC	Florianópolis	Afrânio Bopré	Nildomar Freire Santos	PCdoB PT, PCdoB, PL
SC	Joinville	Carlito Merss	Rogério Novaes	PDT PT, PDT, PCdoB, PV
SE	Aracaju	Marcelo Deda	Edivaldo Nogueira	PCdoB PT, PCdoB, PSB
SP	Barueri	Baltazar Rosa	Ronaldo Araújo	PT
SP	Bauru	Estela Almagro	Pastor Marcos	PSL PT, PTB, PSL, PHS, PTN
SP	Campinas	Luciano Zica	Sônia Moraes	PT PCdoB, PCB, PV
SP	Carapicuíba	Sergio Ribeiro	Raul Amaral	PL PL, PHS, PTN, PCdoB, PCB, PRONA, PSDC
SP	Diadema	José de Fillipi Junior	Joel Fonseca	PT PCdoB
SP	Franca	Cassiano Pimentel	Adermis Marini	PMN PCdoB, PHS, PMN
SP	Guarujá	Nelson Fernandes	Maria Antonieta	PT PCB
SP	Guarulhos	Elói Pieta	Eneide Lima	PT PCB, PCdoB, PSL, PL, PTC, PRP
SP	Jundiaí	Pedro Bigardi	Evandro Oliveira Santos	PDT PMN, PCdoB, PRTB, PL, PMDB
SP	Limeira	Wilson Nunes Cerqueira	Marco Aurelio Junior	PSB PSB
SP	Mauá	Marcio Chaves Pires	Helcio Silva	PT PMDB, PCdoB, PTB, PSL, PDT, PTN, PMN, PCB, PRP, PTC
SP	Osasco	Emidio de Souza	Cury	PTB PT, PTB, PL, PPS, PCB, PCdoB, PTN
SP	Piracicaba	José Machado	Juan Moreno Sebastianes	PV PV
SP	Ribeirão Preto	Gilberto Maggione	Joaquim Resende	PV PCdoB, PCB, PTB, PV
SP	Santo André	João Avamileno	Ivete Garcia	PT PCdoB, PV, PCB
SP	Santos	Telma de Souza	Pablo Greco	PV PCdoB, PCB, PMN, PV
SP	S. Bernardo Campo	Vicentinho	Tonico Vieira	PMDB PMDB, PTB, PCdoB
SP	S. José Rio Preto	Eduardo Nicolau	Bethy Rocha	PT -
SP	S. José Campos	Carlinhos de Almeida	Tarcisio Rosa	PTB PTB, PRP, PSDC, PP, PCdoB, PFL, PTdoB, PSC, PMN, PTC
SP	São Paulo	Marta Suplicy	Rui Falcão	PT PCdoB, PTB, PL, PRTB, PSL, PTN
SP	São Vicente	Brito Coelho	Mozart Pereira Vieira	PT PCB
SP	Sorocaba	Gabriel Bitencourt	Paulo Fleury	PTB PCdoB, PTB, PMN
SP	Suzano	Marcelo Candido	Mauro Vaz	PCdoB PT, PCdoB, PPS, PMN
TO	Palmas	Raul Filho	Derval de Paiva	PMDB PMDB, PDT, PPS, PCdoB, PSB

Fonte: GTE 2004 - Diretório Nacional do PT

demais 18 grandes municípios, a cabeça de chapa é de partidos com os quais o PT se coligou. Desses, o PT disputa a

vice-prefeitura em onze municípios. Em 22 cidades, o PT terá "chapa pura", com o vice também sendo do PT. Nas coliga-

ções em que o PT participa, o PDT e o PPS têm a cabeça de chapa em quatro municípios cada, o PL e o PSB têm três pre-

feitos em disputa e o PCdoB disputa com dois. PMDB e PTB são cabeça de chapa em duas localidades.

Democracia na morada do sol

Araraquara tem como prefeito o petista Edinho Silva, desde 2000 à frente da administração municipal. Edinho é sociólogo, e começou sua militância no movimento de jovens da igreja católica. Foi vereador por dois mandatos e na última eleição foi eleito prefeito. Este ano Edinho é candidato a reeleição, e terá como adversário o candidato do PMDB, representando uma aliança de 11 partidos de direita e centro. Nessa conversa ele fala sobre a experiência do orçamento participativo, comenta o modo petista de governar e analisa o cenário da eleição no município.

Como a experiência do orçamento participativo organizou a experiência de governo em Araraquara?

Nós começamos o orçamento participativo em 2001 como um projeto estratégico da administração municipal. Por meio dele, nós queríamos criar uma nova relação de poder na cidade de Araraquara, democratizando a relação entre o poder público municipal e o conjunto da sociedade, criando um mecanismo para que a maioria da população pudesse participar da vida pública. Hoje o orçamento participativo é um projeto consolidado em nosso município, e tem sido referência para outras cidades que procuram desenvolver projeto semelhante.

Araraquara tem todo o seu orçamento definido pela população?

Discutimos com a sociedade o orçamento por inteiro. Nós prestamos contas do conjunto da arrecadação, do conjunto do custeio, mas para deliberação nós submetemos apenas os investimentos. A questão é que as despesas continuadas do município consomem hoje a grande maioria da nossa dotação orçamentária. Hoje nós temos 27 unidades básicas de saúde no município, 2 prontos-socorros nos bairros, um pronto-socorro na área central e mais a unidade de urgência e emergência.

Também ajudamos a administrar a maternidade Gota de Leite, que atende o SUS, e estamos interventores da Santa Casa municipal. Portanto hoje a saúde consome boa parte dos nossos recursos. Temos também 11 unidades de educação infantil funcionando no município. A despesa continuada é



Só o modo petista de governar tradicional não responde mais às demandas.

muito grande, e não temos muita margem de alteração dessa despesa; mas o investimento é todo ele submetido ao orçamento participativo.

Essa experiência de Araraquara é considerada uma das melhores experiências do PT no Brasil, pelo menos em termo de aprovação. De onde vem esse reconhecimento da administração?

O orçamento participativo foi fundamental nesse sentido. No momento em que nós submetemos todo o investimento ao OP, conseguimos inverter prioridades. Não apenas a realização de obras, mas da mesma maneira os programas, já que eles também são submetidos ao OP. Todos eles são debatidos e discutidos com a comunidade, e rebatem como prioridade no orçamento participativo.

Com isso provocamos uma efetiva inversão de prioridades no município, e tiramos a cidade de um processo de estagnação que ela vivia. Araraquara passou ao centro do debate regional e estadual. Com a garantia da qualidade de vida dos moradores e o reconhecimento pela população, a administração passou a ter uma aprovação

significativa. Isso faz com que Araraquara hoje consiga se caracterizar como uma referência dentro das experiências do PT.

É possível falar de um modo petista de governar? Como você analisaria a experiência de Araraquara sob esse prisma?

Existe sim um modo petista de governar, mas acredito que temos que refletir muito em cima desse modelo. Inclusive porque temos hoje um grande desafio devido ao fato de termos chegado ao governo federal. Hoje a sociedade evidentemente olha para o PT com outros olhos. Só o modo petista de governar tradicional não responde mais às demandas.

Além de fortalecer as nossas grandes bandeiras administrativas, temos que conseguir avançar na relação com a população, no sentido de chamar a sociedade a participar de um movimento de mudança de rumos do país. Hoje há um enorme passivo social existente no Brasil; além disso, não somos mais oposição, estamos na situação. Tudo isso cria expectativas na sociedade, a que apenas as ma-

Ao submetermos todo o investimento ao OP, conseguimos inverter prioridades

trizes tradicionais do PT, construídas pelo partido enquanto experiências de governo local, não respondem mais.

Ou nós criamos laços sólidos para que a sociedade participe efetivamente da construção de novas relações sociais ou então efetivamente apenas as matrizes desenvolvidas na relação do poder local não vão conseguir responder às demandas sociais cada vez mais emergentes por conta de hoje nós sermos Governo Federal.

Para a disputa municipal desse ano, houve a unificação de todo o centro e da direita. Como está o cenário para as eleições?

Eu acredito que esta vai ser a eleição mais disputada da história de Araraquara. Tudo caminha para desenhar um quadro onde a cidade vai se dividir. Nós não vamos ter uma parcela da sociedade em cima do muro; ou a sociedade defende o nosso governo, ou vai se alinhar com os setores mais conservadores da política local.

Vai ser uma eleição extremamente polarizada, de muita disputa, de muito debate, onde a oposição tenta criar uma eleição plebiscitária: ou se aprova ou se desaprova o nosso governo. Evidentemente que estamos preparados para esse debate, mas será uma disputa que vai contaminar todo o conjunto da sociedade local. Extremamente acirrada.

Esta vai ser a eleição mais disputada da história de Araraquara.

Quantos candidatos disputam a eleição?

São três. A nossa coligação tem seis partidos – PT, PSB, PC do B, PV, PPS e PL – e do outro lado o setor mais conservador numa aliança de onze partidos; além desses, há o PSTU.

Essa é a primeira eleição com o governo federal sendo do PT. Você disse que a eleição aí terá um caráter plebiscitário local, pela polarização dada. Você acha que ela também terá um caráter federalizado?

As questões relativas ao governo federal devem influenciar, mas nós vamos ter todas as condições de fazer esse debate. Até porque no período eleitoral vamos estar num cenário mais favorável do Governo Lula. Temos que debater os problemas que o governo enfrenta, ao herdar um país governado pela elite política por séculos. Não são dois anos de experiência de um governo que se propõe a mudar a relação do governo central com a sociedade civil, de mudar as políticas públicas, que vão corrigir problemas históricos que o país vive. Mas é evidente que temos que fazer o debate e a defesa do governo Lula.

Participação popular impulsiona Caxias

Caxias do Sul é a segunda cidade do estado em população e também o segundo centro econômico e financeiro do Rio Grande do Sul. Na recém-divulgada pesquisa do Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico dos municípios do estado, que reúne indicadores de renda, educação, saúde e domicílio e saneamento, foi considerada a melhor cidade para se viver no RS.

Uma das razões para essa conquista é certamente a administração democrática e popular na cidade, que conta com 80% de aprovação. Aos 45 anos, o prefeito Pepe Vargas cumpre seu segundo mandato, e expõe nessa entrevista os eixos de trabalho em Caxias, os problemas do PT no governo de cidades e os planos para a eleição de Marisa Formulo Della Vecchia, candidata do partido na cidade.

O que foi feito em Caxias que levou à ótima avaliação da prefeitura?

As diretrizes do nosso programa, que apresentamos em 1996 e que formata até hoje a nossa ação, prevêm os seguintes eixos: a busca de uma cidade socialmente justa, de uma cidade economicamente sustentável, de uma cidade fisicamente organizada e ambientalmente equilibrada e de uma cidade institucionalmente democrática e participativa.

A idéia da cidade socialmente justa é buscar a universalização das políticas sociais, de saúde, de educação, de acesso à cultura, ao esporte, ao lazer. Buscamos também fortalecer o acesso ao morar pleno, que é mais do que só fazer política habitacional dando casa ou terreno, mas é buscar que as pessoas tenham direito à cidade.

A segunda diretriz, da cidade economicamente sustentável, parte da idéia de que embora os municípios não detenham os instrumentos de macroeconomia, é possível e necessário que se produza uma política pública municipal de desenvolvimento, não só econômico, mas também social. O objetivo nessa área é gerar oportunidades de trabalho e melhorar a renda da população e do município, buscando a inclusão produtiva das pessoas.

Quais os princípios das políticas de desenvolvimento?

Somos terminantemente contra incentivos fiscais, é um



Mário André Coelho

Somos terminantemente contra incentivos fiscais.

engano achar que você faz desenvolvimento econômico com esse tipo de política. Na verdade você diminui a capacidade de investimento na infra-estrutura da cidade e nas políticas sociais, porque com o incentivo você está fazendo fuga de receitas. Sem esses investimentos, perdem-se vantagens comparativas para atrair novos investimentos.

É preciso dar prioridade para a micro, pequena e média empresa, para agricultura familiar e para economia solidária. E isso não é a prefeitura sozinha. Nós trabalhamos o conceito de cooperação institucional. A prefeitura é um dos agentes de desenvolvimento, mas há outros: a universidade local, os sindicatos de trabalhadores e os sindicatos patronais, com quem é preciso construir arranjos produtivos locais.

Além disso, existem ações de economia solidária, de busca de inclusão daqueles que não conseguem inserção no mercado formal de trabalho, através de grupos auto-gestionados. Também temos o Banco do Povo, para micro crédito. E mantemos uma sociedade de garantia de crédito, que garante financiamento para as micro, pequenas e médias empresas que não conseguiriam porque não têm as chamadas garantias reais.

Você falou dos dois primeiros eixos. E o terceiro?

A terceira diretriz é a cidade

fisicamente organizada, e ambientalmente equilibrada, e envolve em última instância a gestão territorial. Uma política de formulação, implementação e avaliação permanente das políticas de ocupação e uso do solo. A implantação do estatuto da cidade, do plano diretor urbano, a idéia da descentralização da cidade para gerar mais oportunidades.

É preciso reforçar a idéia da inclusão territorial, de reconhecer que a cidade constituída informalmente, loteamento irregular, também tem direitos à infra-estrutura. A política de saneamento é um marco para nós. Saímos de 20% da população sem acesso à água de forma regular, ou sem acesso algum. Hoje temos 100% das pessoas com acesso à água.

E para entrar no quarto eixo...

É o da democracia participativa. Nós implantamos o orçamento participativo, na proposta de que cidadãos têm que ser protagonistas, não podem ser mero objeto das políticas públicas. Há vários mecanismos para isso. O orçamento participativo territorial e temático, os conselhos municipais (temos 26) e as conferências municipais.

As nove regiões urbanas do orçamento participativo são as nove regiões do plano diretor urbano. Isso vincula o OP ao planejamento. Cada região aqui tem um determinado valor para investimentos regionais, que é dado por uma equação que leva em consideração o número de habitantes da região e o grau de carência da região em alguns serviços de infra-estrutura pública. Há também o Congresso da

Cidade, que acontece de dois em dois anos, e as audiências públicas. A idéia da democracia participativa já é bastante conhecida, mas o que posso dizer é que nós caminhamos do OP para um planejamento participativo cada vez mais integral.

O modo petista de governar não é uma soma de programas, projetos e ações.

Você citou 4 eixos que mostram uma política integrada no município. Isso traz novas questões para o chamado modo petista de governar?

O modo petista de governar não é uma soma de programas, projetos e ações. Muita gente diz assim: o modo petista de governar é programa de renda mínima, banco do povo, orçamento participativo etc. Não. Para mim é dialogar com os objetivos estratégicos de um partido socialista como o PT. Ao chegarmos ao governo de uma cidade, dentro do capitalismo, somos jogados dentro de uma enorme contradição. Não é possível fazer tudo, mas é possível dialogarmos.

Isso se dá de duas maneiras. A democracia é um valor fundamental para a constituição de uma sociedade socialista. Portanto, ao democratizar o poder local, ao abrir espaços de participação direta da população na definição das políticas públicas e do orçamento público nós estamos dialogando com um objetivo estratégico: a democratização da sociedade.

A segunda idéia é garantir ganhos materiais para aqueles

setores historicamente excluídos, prejudicados pelas políticas capitalistas. Desde os excluídos até os moradores de bairro sem infra-estrutura adequada. A inversão de prioridades faz com que esses setores tenham ganhos materiais.

Ao investir na saúde pública, na educação pública de qualidade, na infra-estrutura dos bairros historicamente esquecidos nós estamos redistribuindo uma parcela da renda socialmente produzida. Nem toda renda socialmente produzida nas nossas cidades fica com o poder público. Fica uma parcela dela. Mas com essa parcela, distribuída por meio da democracia participativa, estamos dando ganhos materiais àqueles setores que estão na nossa base social histórica para construir uma sociedade socialista.

Para mim, o modo petista de governar é isso. Se ele é só um somatório de uma logomarca com alguns programas, projetos e atividades, eu acho muito pouco. Cada vez mais temos que discutir isso, senão vamos ficar sendo uns caras que fazem até um bom governo – ético, honesto, responsável – que dá bons resultados, porém não dialogamos com o nosso projeto histórico.

A boa aprovação do governo traz um cenário bom para a disputa municipal esse ano?

Só um bom governo não ganha eleição. Claro que facilita, mas a eleição tem diversos fatores. Em Caxias as eleições são sempre muito disputadas. Em 2000, a diferença foi de 824 votos! E esse é um ano em que pela primeira vez nós vamos para uma eleição sendo governo federal. É um fato novo.

Só a luta política salva

Participação especial. A visão da Articulação de Esquerda sobre o momento político.

Valter Pomar

O rompimento do PSTU com a Central Única dos Trabalhadores, a criação do PSOL e o anúncio de uma frente parlamentar supra-partidária em prol de outra política econômica são alguns sinais, dentre outros, de que a chegada do PT ao governo federal abriu um período de dispersão na esquerda brasileira.

Entre os que protagonizam tais movimentos, há diferentes programas e estratégias. Mas todos parecem coincidir na idéia de que a disputa pelos rumos do governo Lula, bem como a disputa pelos rumos do PT, é batalha perdida. Tratar-se-ia, portanto, de reorganizar ideológica, programática e politicamente a esquerda.

Apogeu e crise

Esta tese é desenvolvida, de maneira bastante didática, pelo texto Refundar a esquerda para refundar o Brasil. Segundo tal documento, elaborado por participantes da chamada Consulta Popular, "um ciclo na existência da esquerda brasileira está chegando ao fim. Podemos chamá-lo de 'ciclo PT'. Cada vez menos militantes acreditam que esse partido ainda possa representar a vontade de mudar o nosso país. Entre o povo, embora de forma desigual, generaliza-se a mesma percepção".

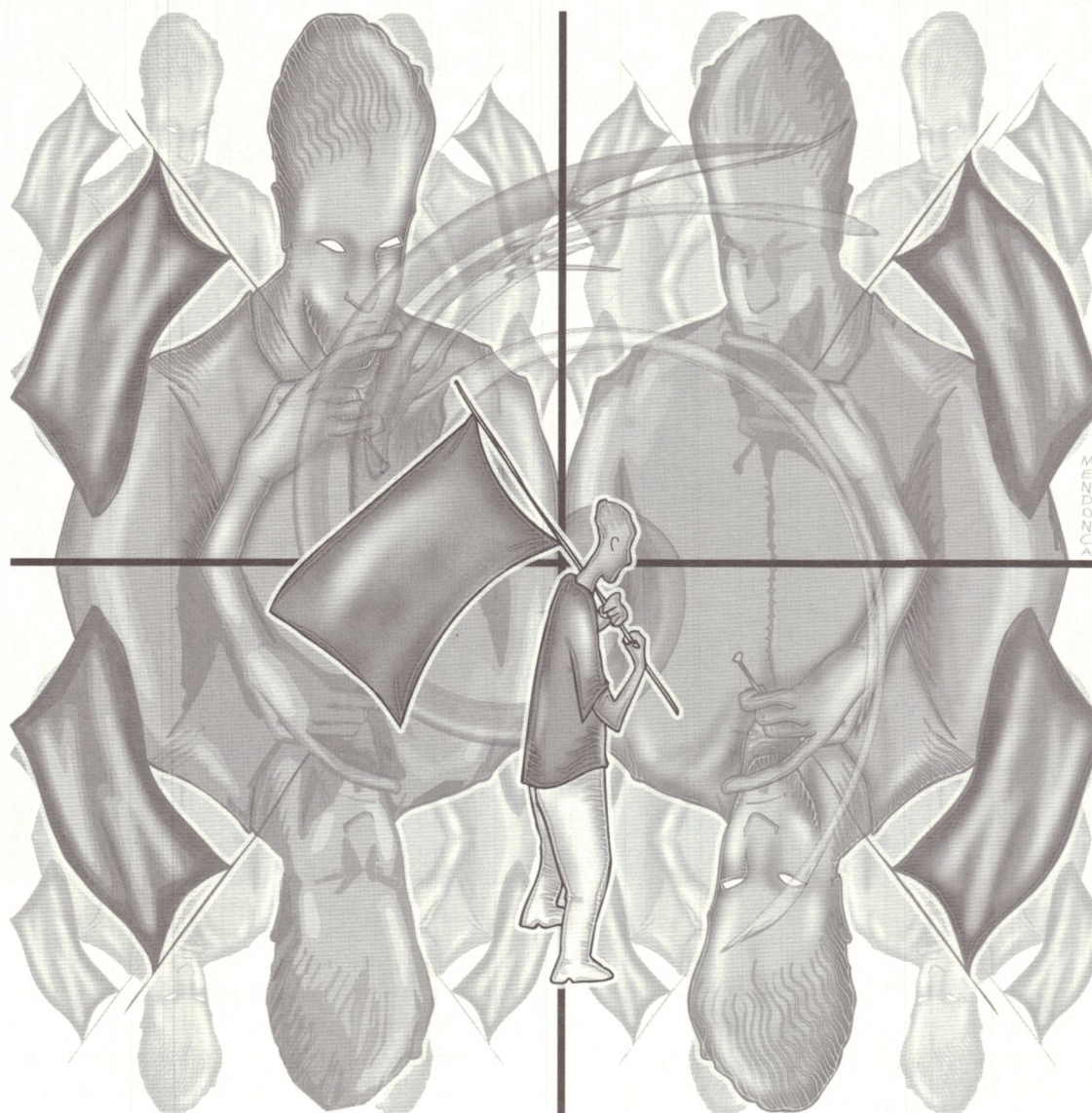
Mais exato seria dizer que ainda vivemos um momento de apogeu e crise do PT. Apogeu porque nunca, na história do Brasil, um partido de esquerda conseguiu tanta representatividade social e espaço institucional. Crise, em grande medida, porque este fortalecimento está combinado com um retrocesso generalizado nas condições de vida da classe trabalhadora brasileira.

O apogeu e a crise podem ser ante-sala tanto do declínio, quanto de uma mudança qualitativa do Partido. Alternativas que dependerão da manutenção ou do rompimento dos vínculos ainda profundos que ligam o PT à classe trabalhadora brasileira.

Embora seja verdade que há muito desencanto, também é verdade que a maioria dos militantes de esquerda existentes no Brasil ainda cerra fileiras em torno do PT; além disso, a maioria dos trabalhadores conscientes provavelmente votará no Partido dos Trabalhadores, em 2004 e 2006. Em qualquer caso, é óbvio que o declínio de um partido com raízes profundas na sociedade, na política e na história pode durar décadas.

Vinculado à esquerda

Claro que o PT poderia, em



Vicente Mendonça

tese, romper seus vínculos com os trabalhadores e continuar existindo. Mas para isso seria necessário muito mais do que "oportunismo, burocratização, pragmatismo, corrupção ou adesão doutrinária a um neoliberalismo radical". Seria preciso que um setor importante da burguesia adotasse o Partido dos Trabalhadores como um de seus representantes orgânicos.

Não basta que setores do PT queiram se transformar em "partido tradicional, integrado política e moralmente à ordem em vigor"; seria preciso, ainda, combinar com a burguesia para que integre a maior parte do Partido, não apenas alguns de seus membros. Ou, para usar os termos de um ex-petista, seria preciso que a base do Partido fosse majoritariamente composta por ornitorrincos, transformando o PT num partido socialmente "pequeno-burguês" e politicamente a serviço da classe dominante.

Acontece que o PT só tem "serventia" para setores da classe dominante se ele for capaz de canalizar política e eleitoralmente os interesses dos trabalhadores. Mas a capacidade do PT fazer isto é progressivamente corroída pela política econômica do governo federal, que arranca palmas do capital financeiro, fortes ressalvas do capital industrial e irritação das camadas populares.

Noutras palavras, o PT só "continuará a existir no espec-

tro da política institucional", se continuar vinculado, de uma forma ou de outra, aos interesses da esquerda, mesmo que seja uma esquerda social-democrata, defensora de uma aliança com setores do grande capital. Aliás, movimentos recentes do setor "desenvolvimentista" do Partido mostram que esta aliança pode ser revitalizada.

Recuperar o socialismo

Principalmente neste caso, o PT pode vir a cumprir, no cenário político brasileiro, um papel semelhante ao do Partido Trabalhista Britânico, ao Partido Socialista Francês ou ao Partido Social-Democrata Alemão. Forte o suficiente para retardar o surgimento de outra alternativa socialista de massas, moderado o suficiente para conter a radicalização dos trabalhadores.

Esta é uma das dificuldades que serão enfrentadas por quem pretenda "refundar a esquerda": haverá muita competição, tanto por parte da ultra, quanto do próprio Partido dos Trabalhadores que, ocorra o que ocorrer, continuará por muito tempo ocupando um lugar à esquerda na política nacional.

Isso nos remete a uma segunda questão: achamos que a principal tarefa dos socialistas não é "refundar a esquerda", mas sim recuperar a influência do socialismo entre os trabalhadores brasileiros.

Para isso, será preciso fazer uma crítica profunda das posi-

ções – nacionalistas, desenvolvimentistas, reformistas, social-democratas –, que são hegemônicas na esquerda brasileira, inclusive em parte dos que criticam o próprio PT. Trata-se, por exemplo, de mostrar que a "estratégia" institucional e a ênfase acrítica na "retomada do crescimento econômico" são subprodutos da rendição a teses pró-capitalistas e anti-socialistas.

Estratégias para intervir

Nesse particular, o documento "Refundar a esquerda para refundar o Brasil" comete os mesmos equívocos do livro A opção brasileira. Dizer que vivemos uma crise "de destino" e apontar, como objetivos centrais, constituir um "povo de cidadãos" e "refundar o Brasil" não ajuda, em nossa opinião, a esquerda socialista brasileira a sair do pântano ideológico e teórico em que estamos, majoritariamente, metidos.

Tampouco ajuda subestimar a capacidade das elites brasileiras, elites que continuam se mostrando capazes de "organizar a vida da nação e propor a ela um projeto", "projeto" capitalista cujo preço social é pago cotidianamente pela maioria do povo. A conversão experimentada pelo PT, nos últimos anos, é uma prova a mais da capacidade e dos meios variados que a burguesia possui, de manter sua hegemonia sobre a sociedade brasileira.

Isso nos remete a uma terceira questão: a política. O documento "Refundar a esquerda para refundar o Brasil" tem o mérito de apontar que "a decisão de concentrar (...) forças apenas nos movimentos sociais, abandonando a problemática especificamente política, teria o mesmo efeito de uma omissão".

Ocorre que a problemática "especificamente política" não se reduz ao necessário exercício de elaborar, teoricamente, um programa e uma estratégia. É preciso intervir na luta política, na luta de classes real, existente na sociedade, aqui e agora.

Isso significa tomar posição frente a questões corriqueiras, como em quem votar nas eleições de 2004; e outras nem tanto, como qual a política que devemos adotar frente ao governo Lula.

Questão de estratégia

Nesse sentido, o problema principal do PSOL não é estar "um passo atrás em relação às formulações originais do PT"; o problema principal do PSOL (e do PSTU) é de estratégia: ambos acham ser possível, no atual período histórico, derrotar ao mesmo tempo o governo Lula e a direita tradicional.

Pelos mesmos motivos, não basta criticar os limites da esquerda petista. É preciso reconhecer que a disputa que esta esquerda trava, limitada ou não, é imprescindível, ao menos para quem acredita que a derrota do governo Lula reforçará brutalmente a direita tradicional.

Apesar dessas e de outras divergências, saudamos com entusiasmo a disposição expressa pela Consulta Popular, pelo menos dos autores do documento, em constituir uma "organização política", superando a "postura politicamente passiva e (a) incapacidade de encontrar caminhos estratégicos (que) conduziram a Consulta até a virtual paralisação na maioria dos estados".

A disposição de construir "um instrumento político novo", "um instrumento político que seja radical, pois a crise brasileira exige soluções radicais, sem ser sectário, de modo a conter dentro de si a diversidade, a generosidade, a espiritualidade e a alegria do povo, condição para ser parte dele" mostra o vigor de uma antiga idéia: a de que não há saída para a classe trabalhadora fora da luta e da organização política. Motivo pelo qual seguimos disputando, enquanto for possível, os rumos do PT e do governo Lula.

CMS sai fortalecida depois de mês intenso

Brados militantes. Dia Nacional de Lutas e Eneterra pedem mudanças na política econômica.

O mês de julho terminou com um bom saldo para a Coordenação dos Movimentos Sociais. O dia 16 foi de mobilizações em todo o país, pedindo mudanças na atual política econômica. No início do mês, cerca de 2.000 pessoas participaram do 1º Encontro Nacional de Estudantes e Jovens por Trabalho, Educação e Reforma Agrária, no campus da UFF (Universidade Federal Fluminense), em Niterói (RJ). A agenda para o próximo período promete mais mobilizações e um calendário intenso.

As manifestações do dia 16 foram, na verdade, o final de uma semana de mobilizações em todo o Brasil – houve atividades em 26 dos 27 estados. O Movimento dos Trabalhadores Desempregados, por exemplo, realizou o cadastramento dos desempregados em diversas cidades. A CUT focou no recolhimento de assinaturas em apoio a PEC que reduz a jornada de trabalho, e somou aos pedidos de mudança da política econômica o lançamento das campanhas salariais unificadas do 2º semestre dos setores bancário, metalúrgico e químico.

Especialmente nos estados da Bahia, Paraíba e São Paulo a participação foi expressiva, com milhares de trabalhadores e desempregados saindo às ruas. Também eram parte da pauta das manifestações a manutenção e ampliação dos direitos trabalhistas, a redução das taxas de juros, a redução da jornada de trabalho sem redução de salários, além de serviços públicos de qualidade, reforma agrária, e uma política de enfrentamento à Alca e contra a renovação dos acordos com o FMI.

Eneterra

O Encontro Nacional de Estudantes e Jovens por Trabalho, Educação e Reforma Agrária teve participação ampla, com jovens do movimento sem-terra, estudantes, juventude sindical e participantes da Marcha Mundial de Mulheres. O evento foi organizado em torno de três temas centrais: alternativas ao atual modelo econômico, que apontem soluções para o drama do desemprego e da estagnação econômica; a Reforma Agrária e sua importância na superação da miséria social da qual o povo brasileiro é vítima; e o papel da Universidade na construção de um projeto de desenvolvimento nacional democrático, autônomo e soberano.

Para João Pedro Stedile, do MST, é preciso pressionar o governo a fazer as mudanças esperadas desde a eleição. "Estamos em um momento de tran-



Boca no trombone. Manifestante participa da Jornada de Lutas da CMS no dia 16 de julho em São Paulo.

sição", diz ele. "O povo votou contra o modelo neoliberal, mas o governo ainda não conseguiu mudar a política econômica". Entre as iniciativas apontadas como prioritárias, está a construção de um espaço de jovens da CMS no Fórum Social Mundial. O intercâmbio proporcionou que também a CMS incorporasse o debate sobre a reforma universitária em sua pauta, buscando contribuir com a articulação dos movimentos sociais em defesa da universidade pública.

A reforma universitária, aliás, foi um dos temas da carta final do encontro, que apontou a importância do "debate sobre a reforma universitária ora em curso, que vem apresentando elementos de continuidade ao processo de mercantilização da educação." A carta diz ainda que "é fundamental que o conjunto dos movimentos sociais se unam para interromper esse processo, buscando o resgate e a revalorização da universidade pública."

O próximo período

O envolvimento da juventude na pauta da CMS reforçou o calendário de lutas, que prevê para o segundo semestre:

13 e 14 de agosto

Vigília em frente à Embaixada dos Estados Unidos e da Venezuela, em Solidariedade ao povo venezuelano

21 de agosto

Plenárias e debates com artistas e intelectuais nas principais capitais sobre um projeto alternativo para o Brasil

7 de setembro

Grito dos Excluídos

10 de setembro

Jornada Mundial de Luta contra a OMC e as Transnacionais

Esquerdismo sem rumo

Falta de norte. Saída do PSTU da CUT reflete crise do próprio partido.

A direção do PSTU ensaia manobras arriscadas na sua frente sindical. Um manifesto lançado recentemente em Minas Gerais por sindicatos metalúrgicos de lá sob sua direção chama a abrir uma campanha para desfiliar as entidades da CUT e "construir uma alternativa de luta dos trabalhadores".

Seu lançamento aconteceu ao mesmo tempo que dirigentes sindicais desse partido tentaram um golpe na Federação dos Metalúrgicos de MG, excluindo sumariamente os membros da direção pertencentes a outras correntes assim como a diversos sindicatos do congresso da entidade. Resultado: dois Congressos, sendo que o Congresso convocado pelos setores pró-CUT foi muito mais representativo da base metalúrgica do estado. Mais: a assembléia dos metalúrgicos de BH e Contagem – onde Zé Maria, principal figura pública do PSTU, é dirigente – rejeitou por ampla maioria a política desse partido.

Os argumentos do documento acima mencionado para defender a desfiliação da CUT são supostamente "de esquerda", mas em nenhum momento conseguem justificar o central da proposta: rachar um órgão sindical de frente única da classe trabalhadora, a CUT, que tem mecanismos democráticos de disputa de posições no seu interior, que abriga um amplo leque político-ideológico representativo e que tem intensa vida sindical. Pior: pelo que se viu em Minas Gerais, parece que a mesma política de racha seria levada em outras entidades.

A postura do PSTU, porém, não poderia derivar da tradição da qual se reivindica, do trotskismo, que como bom leninismo defende a construção das entidades sindicais como órgãos de frente única dos trabalhadores, como espaços onde as diversas correntes do movimento operário disputam suas posições políticas, como cenário onde as posições revolucionárias vão construindo sua hegemonia na classe para desenvolvê-la na sociedade.

Inconsistência

A atuação sindical atual do PSTU está presa às necessidades conjunturais do partido. Contra todos seus prognósticos anteriores, foi o próprio PSTU que entrou em crise sob o governo Lula. Ao invés de se converter no pólo aglutinador,

sofreu diversos rachas que deram na formação do PSOL, levando todo seu trabalho sindical no funcionalismo federal.

A bandeira de rachar a CUT faz parte do seu cardápio de radicalização da oposição ao governo Lula como um todo (mesclando argumentos e calúnias) e disputar assim espaços com o PSOL. E, ao mesmo tempo, dá cobertura para os acordos que o PSTU vem fazendo com as confederações mais pelegas para se opor à reforma sindical que propõe acabar com essas entidades de carimbo.

Os descaminhos sindicais do PSTU mostram de que maneira uma tática política errada em uma conjuntura como a atual pode levar facilmente à perda do rumo estratégico.

Venezuela decide o futuro de Chávez

Na mira. Referendo reforça polarização entre movimentos populares e a burguesia.

Você está de acordo em deixar sem efeito o mandato popular outorgado mediante eleições democráticas legítimas ao cidadão Hugo Rafael Chávez Frias como presidente da República Bolivariana da Venezuela para o atual período presidencial? Essa é a pergunta a ser respondida pelos 12,5 milhões de eleitores que participam no próximo dia 15 do referendo que decidirá sobre a continuidade ou não do governo Chávez.

Entre o "Sí" e o "Não" há a história de um governante que resolveu enfrentar as elites do país, alimentadas pela indústria petrolífera, responsável por mais de 80% das exportações venezuelanas. O processo de crise começou no final de 2001, quando foram aprovadas diversas medidas populares, por meio de 49 leis garantindo a reforma agrária, a lei petroleira e a lei da pesca. Em março de 2002, os opositores chegaram a tirar Chávez do poder, mas foram surpreendidos por um contra golpe. No início de 2003, um locaute por parte dos empresários tentou novamente enfraquecer o governo.

Divergências sindicais

Naquele momento um dos principais incentivadores do golpe foi a reacionária e burocrática CTV, central sindical que se beneficiava da pouca liberdade sindical no país. A situação agora é outra. Em 2003 surgiu a União Nacional dos Trabalhadores (UNT). Com pouco mais de um ano de existência, a UNT conseguiu reorganizar a esquerda trabalhadora, com a adesão de 500 sin-



Entre a cruz e a espada. Eleitores votarão no dia 15 se Chávez continua no governo.

dicatos e 37 federações regionais, inclusive das duas maiores entidades representativas da categoria dos petroleiros (Fedepetrol e Sinutrapetrol).

Segundo S. P. Borges, Coordenador Nacional da UNT, o crescimento da central foi além da própria capacidade dos dirigentes. "Foram os trabalhadores que deram a força que tem hoje a Central". Borges afirma que a UNT espera uma vitória contundente do "Não" no dia 15 de agosto. Ele lembra que com Chávez o setor sindical conquistou liberdades pelas quais batalhava há 43 anos. O coordenador da central reforça ainda os avanços do chamado processo bolivariano, que representa mais do que as medidas populares de Chávez, mas um processo cultural de

reavivar as referências populares e de resistência da Venezuela.

A mítica em torno de figuras símbolo, aliás, está presente em todo o debate. Os comandos de Chávez levam o nome de Miasanta, codinome de seu bisavô que guerreou contra ditadura de Juan Vicente Gómez (1908-1935). O presidente pediu a seus seguidores para organizar patrulhas de dez activistas cada uma e realizar a "Misión Florentino", figura mítica de um cantor que enfrentou o Diabo segundo um poema popular cantado em festas das planícies venezuelanas.

O próprio site da presidência da Venezuela descreve a Misión Florentino como sendo a "missão que guia a ação revolucionária, orientada a assegurar o triunfo eleitoral no refe-

rendo nacional de 15 de agosto de 2004, quando se reeditará (de acordo com o imaginário coletivo do povo venezuelano) a derrota da oligarquia nacional e estrangeira pelo povo soberano na Batalha de Santa Inês, magistralmente dirigida pelo General Ezequiel Zamora".

As condições do embate

A oposição ao presidente une setores da classe média e da burguesia, mas não tem um líder que a una. Ela aposta suas fichas no discurso contra desemprego – que atinge 17% da população economicamente ativa – e a insegurança, alegando que Chávez desuniu o país. Nos últimos meses, porém, as manifestações populares fizeram que a oposição perdesse apoio

na classe média, que em parte voltou a se incorporar ao processo bolivariano.

A previsão para o resultado do referendo é incerta. Nas eleições de 2000, Chávez teve quase 60% dos votos. Agora, para que a oposição consiga tirar Chávez é preciso que o "Sí" tenha mais votos que os 3.757.773 obtidos por ele em 2000, e que obviamente haja mais votos pelo "Sí" do que pelo "Não". A presença nas urnas não é obrigatória, e analistas dizem que a abstenção pode alcançar 25%.

O que virá depois do referendo é difícil de prever. Chávez já anunciou que quer ver respeitado o resultado do referendo, seja ele qual for. Não se sabe se será bem assim. Os movimentos populares já afirmaram que não aceitarão fraudes, e que se passar o "Sí" haverá manifestações em todo o país. No caso de vitória, Chávez já afirmou que gostaria de constituir um governo de unidade nacional. Para Borges, certamente haverá enfrentamentos, já que "a burguesia não toleraria as medidas populares".

Para a UNT, inclusive, nem tudo são flores na política chavista. Segundo Borges, há diretores de ministérios e prefeitos que vêm fazendo uma política contra o operariado, com desrespeito aos sindicatos e demissões coletivas. "Não queremos jogar peso nessas questões agora para não correremos o risco de enfraquecer Chávez, mas é um debate que terá que ser feito". Até o dia 15, a união dos setores populares é para garantir a vitória do "Não". As diferenças ficam para depois.

Em 2005, mais democrático e participativo

Inspirado em Mumbai. Volta do FSM a Porto Alegre inaugura novas dinâmicas.

Pierre Rousset

Como voltar a Porto Alegre sem repetir o que se fez (certamente com êxito) de 2001 a 2003? Como escapar à rotina e evitar a institucionalização do movimento? A escolha das formas de organização de um fórum não deixa de ter consequências políticas. Por motivo de uma visita aos espaços de Porto Alegre, representantes do comitê de organização indiano do FSM e do coletivo de arquitetos que concebeu o espaço de Mumbai transmitiram aos brasileiros sua experiência nesse campo.

O coração do próximo FSM se situará nas margens do rio, e não mais no campus da universidade católica. O que permite tomar decisões políticas simbolicamente fortes (em Mum-

bai, Pepsi e Coca Cola não tinham direito a estar no centro do FSM), dar prioridade à economia solidária (os restaurantes univesitários dando espaço às cozinhas populares regionais), eleger as tecnologias (como a utilização generalizada de programas livres), abrir ainda mais espaço à iniciativa militante (encarnada, por exemplo, em matéria de tradução pela Rede Babels), permitir o pleno desdobramento da ação cultural, aplicar orientações (reciclagem de materiais, princípio de "lixo zero"), etc.

Dirigido para a ação

O próximo FSM de Porto Alegre deve permitir articular melhor a discussão, a reflexão e a ação. Os próprios debates estão conseqüentemente concebidos de forma diferente que

Como escapar à rotina e evitar a institucionalização do movimento?

nos fóruns passados. Durante os dois primeiros dias do Fórum, os intercâmbios de experiências e de análises no centro dos seminários devem, como resultado, desembocar mais sistematicamente em propostas de iniciativas.

O ponto sobre essas propostas poderá ser realizado no terceiro dia em cada ramo temático, antes de uma síntese no quarto dia. A busca de saída militante, que sempre foi uma preocupação de muitos participantes nos fóruns, estará assim mais organicamente ligada à concepção e à organização

dos próprios debates do FSM.

Coletivização do processo

Nesta perspectiva, a preparação do próximo Fórum de Porto Alegre deve ser mais interativa do que foi anteriormente. Desta vez os movimentos estão também convidados a participar na construção em si do evento, principalmente propondo temas, o que deverá permitir definir mais coletivamente as prioridades do Fórum.

Um questionário foi posto à disposição no site do FSM, a fim de centralizar as propostas www.consultafsm.org.br. Esta consulta aberta permitirá definir os eixos temáticos do fórum e os painéis (não somente os seminários). Em que medida os novos mecanismos de consulta internacional funcionarão já de forma eficaz em relação ao pró-

ximo FSM, tendo em conta os prazos bastante curtos em que vão funcionar (a programação deve estar fechada em novembro)? É difícil ter uma opinião hoje. Porém deverão a médio prazo permitir uma melhor internacionalização do movimento, uma democratização do processo dos fóruns em seu conjunto e uma capacidade de coletivização muito mais importante.

O próximo Fórum de Porto Alegre foi repensado em sua concepção, seu modo de preparação e de animação, sua localização. Suas ambições se ampliaram. Mumbai não foi um simples parêntese: a experiência indiana contribuiu para essa reavaliação.

Este texto é um recorte do original "Retour vers le futur".

Pierre Rousset é membro do ATTAC França.